

# ANÁLISE COMPARATIVA DO DESEMPREGO NO BRASIL DURANTE AS DÉCADAS DE 80 E 90: IMPLICAÇÕES E PANORAMAS ECONÔMICOS

*Madalena Maria Schindwein\**  
*Pery Francisco Shikida\*\**

## **1. Introdução**

O objetivo deste trabalho é desenvolver uma análise comparativa dos níveis de desemprego, registrados no Brasil, ao longo das décadas de 80 e 90, destacando suas principais causas e efeitos, além de sua relação com o processo de desenvolvimento econômico.

O desemprego pode ser conceituado como sendo uma situação de ociosidade involuntária em que se encontram pessoas que compõem a força de trabalho de uma nação. Dentre as principais causas do desemprego citam-se o progresso tecnológico e o processo de globalização da economia (embora existam controvérsias nestas relações). O progresso tecnológico tem a capacidade de introduzir novos equipamentos e processos de produção em ritmo acelerado, tornando a execução de rotinas de trabalho cada vez mais ágil e necessitando de um número menor de pessoas. Isso libera mão-de-obra e agrava o problema do desemprego, evidentemente em caso de não ocorrência de políticas alternativas de realocação de emprego (PASSOS & NOGAMI, 1998).

Já o processo de globalização, segundo SINGER (1999), tem o poder de produzir uma aproximação física e, também, institucional entre os diversos países. A globalização redesenha a divisão internacional do trabalho e contribui para a diminuição das vagas.

No Brasil, com a abertura da economia, iniciada em 1990 e principalmente a partir do Plano Real em 1994, observou-se um aumento considerável do nível de importações, as quais contribuíram para o fechamento de muitas empresas brasileiras (não preparadas para esta concorrência) e a eliminação de postos de trabalho.

O desemprego ocorre, em grande parte, devido a um baixo nível de crescimento econômico. Segundo SOLIANI (1998), a década de 90 é a pior da história brasileira para o emprego. Considerando-se que, hoje, cerca de 1,4 milhão de pessoas ingressam no mercado

---

\* Economista, E-mail:madapici@zipmail.com.br

\*\* Economista, Professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – Toledo

de trabalho por ano, para se manter a taxa de desemprego absorvendo esses novos trabalhadores, o Brasil precisaria crescer cerca de 6% ao ano ou mais.

GALVÃO (1997) salienta que o problema do desemprego não é uma “característica” brasileira, mas sim uma grande preocupação que vem se observando e se agravando em nível mundial. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), existem no mundo, em torno de 800 milhões de desempregados, o índice mais alto desde a Grande Depressão nos anos 30. Para MANKIW (1995), o desemprego é um problema macroeconômico que afeta os indivíduos de forma dura e direta. Para a maioria, a perda de um emprego significa redução do padrão de vida e angústia.

O crescimento econômico é bastante citado como sendo a melhor política de emprego; porém, a grande maioria dos países chega ao século XXI com perspectivas de crescimento econômico insuficiente para atenuar essa grave crise de desemprego hora enfrentada. Segundo PASTORE (1998:4), *“a solução do problema do desemprego e do subemprego constitui um dos maiores desafios da humanidade. Trata-se de um problema de causas múltiplas e inter-relacionadas. De nada adianta atacar uma sem atacar as outras”*.

O problema do desemprego vem se tornando preocupante no Brasil, já que as taxas registradas vêm atingindo níveis significativamente altos, chegando a patamares que não se verificavam na economia brasileira desde meados dos anos 80, quando o país passou por um processo de ajuste intensamente recessivo, devido à aceleração da inflação e às dificuldades enfrentadas para a manutenção do equilíbrio nas contas externas (CARNEIRO & MODIANO, 1992).

O aumento do nível de desemprego na economia brasileira deve ser associado, em parte, às profundas mudanças que o parque produtivo vem experimentando com a introdução de novas tecnologias, como é o caso da informática e da adoção de novos paradigmas administrativos e gerenciais. Por detrás dessas mudanças encontram-se o processo de maior abertura da economia e a crescente internacionalização das unidades produtivas.

Outro fator que vem contribuindo muito para o aumento do desemprego no Brasil é o processo de privatização das empresas pertencentes ao governo, o qual se intensificou na década de 90, provocando um considerável enxugamento do quadro de pessoal, uma vez que o controle das empresas passa do Estado para o setor privado.

Não obstante, as décadas de 80 e 90 foram marcadas por muitas mudanças sociais, crises e planos econômicos e pelo processo de abertura econômica (fato bastante marcante no

período). Além do processo de globalização da economia e dos meios de produção, houve um forte progresso tecnológico. Isso tudo intensificou a concentração de renda no País e teve um efeito desastroso sobre o mercado de trabalho. As relações entre empregados e empregadores foram modificadas, pois reduziu-se muito o número de trabalhadores com carteira assinada, aumentou o emprego informal (sem carteira assinada) e o número de trabalhadores autônomos.

Para POCHMANN (2000), os indicadores da gravidade da crise do emprego nacional são inquestionáveis. O desemprego é um tema de grande relevância para grande parte da população brasileira. Segundo o IBGE, 7,6 milhões de trabalhadores foram considerados desempregados em 1999, enquanto em 1995 eram 4,5 milhões. No mesmo período, a população economicamente ativa (PEA) cresceu 6,8%, o que resultou num adicional de 5,2 milhões de pessoas no mercado de trabalho. Enquanto a quantidade de postos de trabalho aumentou apenas 2,94%, o que representa a criação de 2 milhões de novas vagas. Ou seja, a cada três pessoas que ingressaram no mercado de trabalho, entre 1995 à 1999, somente uma conseguiu encontrar algum posto de trabalho.

Ademais, não se pode deixar de considerar, que os danos provocados pelo desemprego não se limitam aos milhares de desempregados que se tem hoje no Brasil. Eles se estendem também às pessoas que convivem com os mesmos. Quando, por exemplo, um pai de família perde o emprego, a família toda sofre as conseqüências. Deve-se também, tratar o desempregado como um consumidor que, devido a sua posição, não consegue pagar suas dívidas e, nem ao menos, voltar a consumir.

Segundo SEN (2000:117):

*“Há provas abundantes de que o desemprego tem efeitos abrangentes além da perda de renda, como dano psicológico, perda de motivação para o trabalho, perda de habilidade e autoconfiança, aumento de doenças e morbidez (e até mesmo das taxas de mortalidade), perturbação das relações familiares e da vida social, intensificação da exclusão social e acentuação de tensões raciais e das assimetrias entre os sexos.”*

Ou seja, o desemprego tem vários efeitos graves sobre a vida dos indivíduos, causando muitas privações, além das comumente citadas e que se limitam basicamente à perda de renda.

## **2. Procedimento Metodológico**

Para estudar o desemprego, propõe-se considerar o maior cenário econômico possível no qual a economia em análise está inserida. Neste ínterim, as principais variáveis econômicas abordados neste trabalho são: o próprio desemprego, o crescimento econômico e a inflação.

Neste sentido, o método de trabalho utilizado, é o de uma revisão crítica da literatura e dos dados referentes às variáveis econômicas, endógenas e exógenas, mais diretamente ligadas ao problema proposto, quais sejam: as próprias taxas de desemprego, os níveis observados de inflação, os indicadores de crescimento econômico, além da abertura comercial e do processo de privatização das empresas estatais.

Os dados referentes às variáveis econômicas utilizados na elaboração deste trabalho são provenientes de material bibliográfico relacionado ao tema em questão, tais como: livros, periódicos, revistas especializadas, além de trabalhos científicos publicados. O período central, para a análise comparativa destes dados, serão as décadas de 80 e 90.

## **3. Resultados e Discussões**

A década de 80 representa a ruptura no processo de crescimento da economia brasileira que, desde o pós-guerra até o final dos anos 70, apresentou uma taxa média de crescimento anual da ordem de 7%. Assim, a economia brasileira passou, na década de 80, a conviver com um cenário adverso. Por um lado, endividamento interno e aceleração inflacionária, por outro, duas crises conjunturais de enorme impacto para a economia mundial: as crises do petróleo (1973 e 1979) e a reversão nas condições de financiamento internacional, dada mediante aumento dos juros internacionais (início da década de 80).

Esse era o início de um longo período de “experimentos” de política econômica num ambiente de crescente instabilidade macroeconômica. Dentre os principais Planos Econômicos implementados no período, destacam-se: o Plano Cruzado (1986); o Plano Bresser (1987); e, o Plano Verão (1989).

Já na década de 90 destacam-se o Plano Collor (1990) – que se baseou em um inédito confisco monetário, e o Plano Real (1994), com o qual se alcançou a estabilização dos preços. Além disso, a economia brasileira passou por profundas transformações nesse

período, destacando-se o processo de abertura comercial, a privatização das empresas estatais do setor produtivo e a estabilização dos preços.

Neste contexto, pode-se avaliar o desempenho da economia brasileira ao longo das décadas de 80 e 90 com os resultados obtidos pelos principais indicadores econômicos em análise, quais sejam: desemprego<sup>1</sup>, inflação e PIB, o que pode ser visualizado na Tabela 1.

TABELA 1 – COMPARATIVO DAS TAXAS MÉDIAS ANUAIS DE DESEMPREGO, INFLAÇÃO E PIB, ENTRE 1981 E 1998 (EM %)

Anos	Desemprego	Inflação	PIB	Anos	Desemprego	Inflação	PIB
1981	7,9	95,2	-4,28	1990	4,3	1.476,7	-5,05
1982	6,3	99,7	0,81	1991	4,8	480,2	1,25
1983	6,7	211,0	-2,92	1992	5,7	1.157,8	-0,30
1984	7,1	223,8	5,39	1993	5,3	2.708,2	4,43
1985	5,3	235,1	7,91	1994	5,1	1.093,9	5,85
1986	3,6	65,0	7,50	1995	4,6	14,8	4,22
1987	3,7	415,8	3,61	1996	5,4	9,3	2,66
1988	3,8	1.037,6	-0,05	1997	5,7	7,2	3,27
1989	3,3	1.782,9	3,20	1998	7,6	3,9	0,22
<b>Média</b>	<b>5,3</b>	<b>462,9</b>	<b>2,35</b>	<b>Média</b>	<b>5,4</b>	<b>772,44</b>	<b>1,84</b>

FONTE: CONJUNTURA ECONÔMICA (Vários Números, 1999) e (Jan., 2001).

Conforme a Tabela 1, não se verificou, no decorrer da década de 80, um aumento nas taxas de desemprego, ao revés, pode-se observar uma redução dessa taxa. Assim, o desemprego não acompanhou o fraco desempenho da economia brasileira nesse período. Já os índices de inflação registraram uma acentuada piora, enquanto as taxas de crescimento do PIB confirmaram o medíocre crescimento econômico brasileiro nesse período. Porém, confrontando-se esses valores com os obtidos na década de 90, observa-se um desempenho ainda pior nos anos 90. A média anual do desemprego entre 1990 e 1998, de 5,4% foi superior aos 5,3% registrados entre 1981 e 1989. Com relação à inflação, apesar de se ter obtido a estabilização dos preços com o Plano Real, a média anual entre 1990 e 1998 (772,44%), foi maior do que a registrada entre 1981 e 1989 (462,9%). No que diz respeito ao crescimento

<sup>1</sup> No caso do desemprego, utilizou-se as taxas médias para o Brasil, calculadas pelo IBGE e citadas pela Revista Conjuntura Econômica. Sabe-se que as taxas de desemprego são calculadas especificamente para algumas regiões metropolitanas, através da PME (Pesquisa Mensal de Emprego – IBGE) e da PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego – DIEESE/SEADE), porém, achou-se por bem utilizar a taxa média de desemprego para o Brasil a título de um comparativo com os demais indicadores em estudo.

econômico a média anual entre 1981 e 1989 foi de 2,35%, enquanto a média anual para os anos de 1990 à 1998 foi de 1,84%.

Na Tabela 2, pode-se observar as taxas de desemprego das principais regiões metropolitanas para as quais essa taxa é calculada mensalmente, a saber: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife.

Conforme a Tabela 2, comparando-se as principais regiões metropolitanas para as quais as taxas de desemprego são calculadas mensalmente, pode-se observar, comparando-se as duas décadas em estudo, que para praticamente todas as capitais mencionadas (menos Rio de Janeiro e Belo Horizonte onde as taxas reduziram) houve um aumento nas taxas de desemprego na década de 90. Considerando-se o período como um todo, 1981 à 1998, a maior taxa de desemprego foi observada na região metropolitana do Recife (6,8%), sendo seguido por Salvador (6,4%), São Paulo (5,6%), Belo Horizonte (5,3%), Porto Alegre (4,9%) e por último Rio de Janeiro (4,5%), que apresentou a menor taxa de desemprego dentre as regiões mencionadas.

TABELA 2 - TAXA DE DESEMPREGO ABERTO (%) - PRINCIPAIS REGIÕES METROPOLITANAS (IBGE)

<b>Anos</b>	<b>Rio de Janeiro</b>	<b>São Paulo</b>	<b>Belo Horizonte</b>	<b>Porto Alegre</b>	<b>Recife</b>	<b>Salvador</b>
1981	8,6	7,3	9,0	5,8	8,6	9,0
1982	6,5	6,0	7,0	5,3	7,5	6,3
1983	6,2	6,8	7,8	6,7	8,0	5,6
1984	6,8	6,8	8,3	7,0	9,0	7,7
1985	4,9	5,0	5,7	5,4	7,2	6,0
1986	3,5	3,3	3,7	3,9	4,4	4,5
1987	3,2	3,8	3,9	3,9	5,2	4,1
1988	3,1	4,0	4,0	3,6	5,6	4,6
1989	2,8	3,4	3,4	2,6	5,3	4,4
1990	3,5	4,5	4,1	3,7	5,7	5,4
1991	3,6	5,5	4,1	4,4	5,9	5,9
1992	4,0	6,5	4,8	5,5	8,6	6,8
1993	4,1	5,7	4,5	4,0	8,9	6,6
1994	4,1	5,4	4,3	4,1	6,8	7,1
1995	3,4	5,2	3,8	4,5	5,5	6,7

1996	3,7	6,3	4,6	5,9	5,7	6,8
1997	3,7	6,6	5,1	5,5	5,9	7,7
1998	5,4	8,6	7,2	7,3	8,7	9,3
<b>Média</b>	<b>5,1</b>	<b>5,2</b>	<b>5,9</b>	<b>4,9</b>	<b>6,7</b>	<b>5,8</b>
<b>Déc.80</b>						
<b>Média</b>	<b>3,9</b>	<b>6,0</b>	<b>4,7</b>	<b>5,0</b>	<b>6,8</b>	<b>6,9</b>
<b>Déc.90</b>						
<b>Média</b>	<b>4,5</b>	<b>5,6</b>	<b>5,3</b>	<b>4,9</b>	<b>6,8</b>	<b>6,4</b>
<b>1981-1998</b>						

FONTE: CONJUNTURA ECONÔMICA (Jan., 2001).

No que se refere à abertura comercial brasileira, conforme BARROS *et al.* (1996), a economia brasileira era caracterizada, tradicionalmente, como sendo altamente protegida, com um pequeno grau de exposição à concorrência internacional, já que o processo de substituição de importações, que vigorou durante várias décadas, gerou um parque industrial diversificado e integrado e foi responsável por um elevado nível de proteção à indústria (visava-se criar um ambiente favorável para o desenvolvimento de uma indústria local).

O processo de abertura comercial iniciou-se nos dois últimos anos da década de 80, durante o governo de José Sarney, com um amplo processo de reforma da política comercial brasileira, objetivando uma maior liberalização comercial. No governo Collor, em 1990, esse processo foi aprofundado, sendo que as principais medidas adotadas foram:

- A extinção das barreiras remanescentes dos períodos anteriores;
- Implementação de um programa de desgravação tarifária, com redução generalizada de alíquotas;
- Eliminação de alguns regimes aduaneiros especiais;
- Estabelecimento de um regime de câmbio com taxas flutuantes.

As reduções significativas nas tarifas, conjugadas à forte valorização cambial, conduziram a economia brasileira a uma exposição intensa à concorrência externa, o que gerou pressões protecionistas. A fim de atender uma maior demanda e manter as importações em níveis compatíveis com um saldo comercial equilibrado (já que se registrou um déficit na balança comercial de US\$ 3,158 milhões, em 1995), o governo elevou as alíquotas de importação dos principais produtos responsáveis pelas altas taxas de crescimento. Por outro lado, para impedir aumentos abusivos nos preços domésticos, o governo reduziu as alíquotas de um grupo de insumos. Na Tabela 3, observando-se os indicadores da balança comercial

brasileira ao longo das duas últimas décadas, pode-se ter uma visão mais ampla dos impactos da abertura comercial na economia brasileira.

TABELA 3 – BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA (US\$ MILHÕES) 1980 - 1998

<b>Período</b>	<b>Exportação (total)</b>	<b>Importação (total)</b>	<b>Saldo</b>
1980	20,133	22,954	-2,821
1981	23,292	22,092	1,200
1982	20,176	19,395	781
1983	21,899	15,429	6,469
1984	27,006	13,916	13,088
1985	25,642	13,154	12,487
1986	22,349	14,045	8,305
1987	26,224	15,053	11,171
1988	33,789	14,605	19,184
1989	34,383	18,263	16,120
1990	31,414	20,661	10,753
1991	31,620	21,041	10,579
1992	35,862	20,554	15,308
1993	38,597	25,659	12,938
1994	43,545	33,105	10,440
1995	46,506	49,664	-3,158
1996	47,747	53,301	-5,554
1997	32,142	37,178	-5,036
1998	27,838	30,750	-2,912
<b>Média de 1980 à 1989</b>	<b>25,489</b>	<b>16,890</b>	<b>8,598</b>
<b>Média de 1990 à 1998</b>	<b>37,252</b>	<b>32,434</b>	<b>4,817</b>

FONTE: CONJUNTURA ECONÔMICA (Jul., 1999).

A Tabela 3 apresenta a evolução das importações e exportações brasileiras ao longo das décadas de 80 e 90. Pode-se constatar uma tendência de crescimento das

exportações por praticamente todo o período. Em relação às importações, percebe-se períodos de acentuado crescimento, como no começo da década de 90, alternando com períodos de queda, principalmente no início da década de 80. A análise deste quadro permite constatar que o processo de abertura, iniciado em 1988 e aprofundado em 1990, coincide com a ruptura da tendência decrescente das importações que marcou o início da década de 80. As importações apresentaram, a partir de 1988, uma tendência de crescimento, que é acentuada em 1993, provocando queda no superávit comercial e até um déficit em 1995; o primeiro depois do verificado no ano de 1980, acentuando-se uma onda de déficits nos anos seguintes. Vale ressaltar, que a média das exportações aumentaram 46% na década de 90 em relação à década de 80. Já a média das importações aumentaram em torno de 92% no mesmo período, o que corrobora o crescimento superior no valor das importações, em relação às exportações e explica a queda substancial de 44% no saldo médio da balança comercial nos anos 90, em relação aos anos 80.

No que se refere à privatização das empresas estatais do setor produtivo, a recente história da estabilização econômica brasileira e a redefinição do Estado, para adequá-lo à função de agente regulador e fiscalizador, estão intimamente relacionados ao discurso em voga nos anos 80, de que os desequilíbrios nas contas públicas dificultariam a retomada do desenvolvimento sustentado. Assim, foram apontadas duas soluções: uma reforma fiscal que recuperasse níveis históricos de poupança pública, redistribuindo a carga tributária e reduzindo a excessiva incidência sobre os assalariados e um ajuste do tamanho do Estado através de reduções e cortes lineares, minimizando a sua intervenção no setor produtivo.

Neste contexto, as privatizações entram como parte da segunda solução. Sendo introduzidas em 1985 pelo Governo Sarney, e redefinidas em 1990, pelo Programa Nacional de Desestatização (PND), já no Governo Collor de Mello, tornaram-se parte essencial das reformas estruturais com o objetivo de modernizar a economia brasileira e preparar as condições para a recuperação do crescimento econômico. Ao final do Governo Itamar, que sucedeu Collor, 16 processos de desestatização haviam sido concluídos, somando US\$ 3,9 bilhões que, se comparados aos resultados do governo anterior (17 privatizações, totalizando US\$ 549 milhões), dão uma idéia da mudança de patamar que significou o PND (NICHOLS,1997).

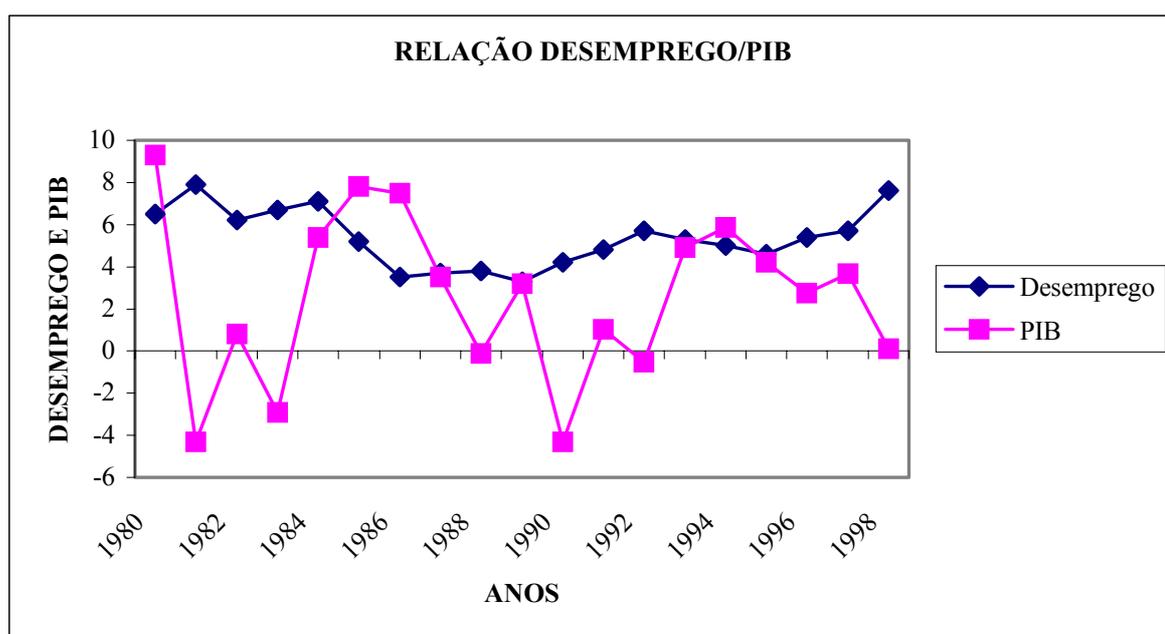
Com relação ao impacto do processo de privatização no emprego, já há evidências quanto à melhoria do desempenho das antigas estatais, conforme NICHOLS (1997). Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a eficiência das empresas privatizadas

dobrou, entre 1991 e 1994, se a medida for a relação vendas/empregado; e aumentou 83%, se utilizado o índice produtividade da mão-de-obra. Além disso, a lucratividade passou a ser positiva, o patrimônio líquido quase quintuplicou e o endividamento sobre a liquidez caiu.

Com relação ao desemprego, ocorreu uma queda no número de empregados, em média de 49% do período pré-privatização para o imediatamente posterior. A explicação para isto seria a existência de um excedente de funcionários comum às estatais.

Segundo a supervisora técnica do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), Rosane de Almeida Maia, citada por NICHOLS (1997), a privatização não necessariamente é determinante no crescimento do desemprego, mas as novas técnicas de gestão e tecnologias, introduzidas pelas novas administrações, somadas à política recessiva adotada no início da década de 90, provocaram significativa queima de postos de trabalho.

Neste contexto, sendo o crescimento econômico um forte condicionante no aumento da taxa de emprego, seria necessário um crescimento superior a 6% ao ano para compensar os ganhos de produtividade, gerados pelas inovações tecnológicas e organizacionais e pelo crescimento demográfico. A relação entre o PIB e o desemprego pode ser visualizada na Figura 1.



## FIGURA 1 – RELAÇÃO ENTRE DESEMPREGO E PIB AO LONGO DAS DÉCADAS DE 80 E 90.

A Figura 1 reforça a importância do crescimento econômico para que ocorra redução nas taxas de desemprego. Pode-se verificar, com essa Figura, uma relação inversa entre esses dois importantes indicadores econômicos, ou seja, quando o PIB está elevado, por exemplo, 9,17% em 1980, o desemprego está relativamente baixo, 6,5%. No ano de 1981, quando o PIB apresentou uma queda significativa para -4,28%, o desemprego elevou-se para 7,9%, relação esta que pode ser verificada ao longo de todo o período em análise (1980 à 1998).

Vale ressaltar que, a redução nas taxas de desemprego não será atingida a menos que se persiga, com determinação, a geração de empregos com políticas públicas abrangentes e consistentes. Não obstante, sendo a recuperação do crescimento econômico importante para a redução na taxa de desemprego, deve-se reconhecer que só ela não é suficiente; isto devido às mudanças tecnológicas e estruturais às quais a economia brasileira está sendo submetida e à dificuldade de ajustamento rápido do mercado de trabalho face a essas mudanças. Torna-se necessário, então, flexibilizar as regras de contratação e reduzir encargos trabalhistas de forma a facilitar tais ajustes.

Para POCHMANN, citado por SOLIANI (1998), entre 1945 e 1990, em média, para cada 1% de crescimento do PIB, o número de empregados crescia 0,4%. Nos anos 90, para cada 1% de crescimento, o emprego aumentou apenas 0,1%. Isto significa que o esforço de crescimento precisa ser maior do que antes para absorver a mesma quantidade de mão-de-obra. Crescer não é a única solução para o desemprego; melhorar a renda do trabalhador pode diminuir o número de pessoas que procuram trabalho. Com uma renda maior, para uma família se sustentar, menos pessoas precisam entrar no mercado de trabalho. Além disso, se aposentados e pensionistas recebessem um salário melhor não precisariam trabalhar para complementar sua renda. E, se os pais tivessem emprego e um salário condizente com as necessidades da família, muitas crianças com menos de 14 anos poderiam permanecer por mais anos na escola, ao invés de aumentar a oferta de mão-de-obra.

#### 4. Considerações Finais

O objetivo geral deste trabalho foi analisar comparativamente o desemprego no Brasil, durante as décadas de 80 e 90, diante do cenário econômico no qual o País esteve inserido ao longo desse período.

Pode-se constatar que, com relação ao desemprego, a década de 90 mostrou-se menos promissora do que a de 80, ou seja, a taxa média de desemprego nos anos 90, de 5,4%, foi superior à registrada na década de 80, 5,3%.

Com relação às influências da abertura comercial brasileira, iniciada no final da década de 80, pode-se constatar que a adoção de algumas medidas básicas como: a extinção de barreiras, a redução de alíquotas tarifárias e o estabelecimento de um regime de câmbio com taxas flutuantes, ampliaram a exposição da economia brasileira à concorrência internacional e elevaram, de forma considerável, o valor das importações em relação às exportações, principalmente na década de 90, com a implantação do Plano Real. Essa intensa exposição da economia brasileira à concorrência externa fez com que a segunda metade da década de 90 fosse marcada por sucessíveis déficits no saldo da balança comercial. Observou-se também uma queda substancial de 44% no saldo médio da balança comercial nos anos 90 *vis-à-vis* aos anos 80. Isto significa dizer que a abertura comercial trouxe sérias implicações no que diz respeito ao equilíbrio da balança comercial brasileira e, indiretamente, ao nível de emprego, posto ter havido um relativo consumo de bens e serviços oriundos do exterior.

Com relação à influência desse processo sobre o desemprego, pode-se destacar que a abertura comercial trouxe à tona uma realidade pouco conhecida pela maioria dos brasileiros, isto é, os bens e serviços produzidos lá fora, na sua maioria, eram de melhor qualidade e bem mais baratos que os nacionais. Isso fez com que o consumo de produtos importados se elevasse, prejudicando e até fechando muitas empresas nacionais, com o que milhares de trabalhadores começaram a perder seus empregos.

Vale ressaltar que, diante da revolução tecnológica e da globalização da economia, apesar da abertura comercial trazer impactos negativos, não tem como voltar atrás, sendo necessário se adequar aos novos tempos e encontrar outro caminho para resolver os problemas do emprego no Brasil. Portanto, exigem-se a manutenção da estabilidade econômica, o aumento da poupança destinada aos investimentos produtivos, uma redução da carga tributária para quem produz, um corte de despesas e vazamentos nos orçamentos públicos e uma maior flexibilidade da nossa legislação trabalhista, a fim de incorporar mais gente no mercado formal de trabalho.

O processo de privatização, por sua vez, é uma parte essencial das reformas estruturais básicas adotadas com o intuito de modernizar a economia brasileira, além de preparar as condições necessárias para a recuperação do crescimento econômico. Já é evidente a melhoria do desempenho das antigas estatais, sendo a readequação do número de funcionários parte da modernização das mesmas. A privatização, por si só, não é determinante no crescimento do desemprego, mas as novas técnicas de gestão e tecnologias, introduzidas pelas novas administrações, somadas à política recessiva adotada no início da década de 90, provocaram significativa redução de postos de trabalho.

No que diz respeito à relação existente entre desemprego e crescimento econômico, confirmou-se com este trabalho a importância do crescimento econômico na redução da taxa de desemprego, já que, ao longo das décadas de 80 e 90, verificou-se uma relação inversa entre esses importantes indicadores econômicos. Nos anos em que o PIB esteve elevado, o desemprego apresentou taxas relativamente baixas e, quando as taxas de crescimento do PIB caíram, as do desemprego se elevaram.

Neste contexto, a década de 80 foi considerada como a “década perdida”, devido a seu fraco desempenho econômico. Porém, comparando-se os dois períodos, verifica-se, através da maioria dos indicadores, que a década de 90 apresentou um desempenho pior. O PIB registrou um crescimento inferior nos anos 90 em relação aos anos 80. Com relação ao desemprego, também verificou-se uma piora. Até a inflação, que foi controlada na década de 90, com o Plano Real, se comparados os dois períodos, a taxa média de inflação dos anos 90 foi superior à registrada nos anos 80. Com esses resultados, poder-se-ia caracterizar a década de 90 como “mais perdida” do que a década de 80.

Porém, esses indicadores não são suficientes para rotular os anos 90 como perdidos. É preciso avaliar a capacidade de crescimento futuro da economia, após as reformas institucionais e econômicas dos anos 90. O resultado da atual crise dirá se o sacrifício terá valido à pena, ou se essa será mais uma “década perdida”. Caso seja corrigido o déficit público e garantida a estabilidade da economia, os resultados econômicos medíocres do período serão um custo para garantir a volta do crescimento sustentável. Neste ínterim, os anos 90 podem ser definidos como um período de transição para o Brasil. Onde um modelo de economia fechada, baseado na intervenção estatal, foi substituído por um modelo de economia aberta, baseado na iniciativa privada.

## Referências

- BARROS, Ricardo Paes de *et al.* 1996. O impacto da abertura comercial sobre o mercado de trabalho brasileiro. *Anais do XXIV Encontro Nacional de Economia*. São Paulo, ANPEC, 1996, v.1, p. 534-552.
- CARNEIRO, Dionísio Dias e MODIANO, Eduardo. 1992. Ajuste externo e desequilíbrio interno: 1980 – 1984. *In: ABREU, Marcelo de Paiva. org., A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889 - 1989*. Rio de Janeiro: Campus,. p.323-346.
- CONJUNTURA ECONÔMICA. Rio de Janeiro: FGV, vários números. 1999.
- CONJUNTURA ECONÔMICA. Rio de Janeiro: FGV, vol. 55, n. 01, jan. 2001.
- GALVÃO, Luís Eduardo. 1997. Desemprego, a bomba que ameaça o mundo. *Rumos do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, a. 22, n. 143, p.24-31, dez.
- MANKIW, N. Gregory. 1995. *Macroeconomia*. Rio de Janeiro: LCT – Livros Técnicos e Científicos.
- NICHOLS, Giselli. 1997. A luta do estado para conjugar leveza e força. *Rumos do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, a. 21, n. 139, p.24-28, ago.
- PASSOS, Carlos Roberto Martins; NOGAMI, Oto. 1998. *Princípios de economia*. São Paulo: Pioneira.
- PASTORE, José. 1998. *O desemprego tem cura?* São Paulo: Makron Books.
- POCHMANN, Márcio. 2000. O desemprego no governo Cardoso. *Folha de São Paulo*, 02 ago.
- SEN, Amartya. 2000. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SINGER, Paul. 1999. O mensageiro de Santo Antônio, a. 42, n. 02, p.18-19, mar.
- SOLIANI, André. 1998. PIB cresce menos que na 'década perdida'. *Folha de São Paulo*, 27 set.

## Resumo

O objetivo deste trabalho é desenvolver uma análise comparativa dos níveis de desemprego, registrados no Brasil, ao longo das décadas de 80 e 90, destacando suas principais causas e efeitos, além de sua relação com o processo de desenvolvimento econômico. São considerados os principais indicadores, como desemprego, crescimento econômico e inflação, em sua performance e interrelações. Os autores analisam, para o período em questão, a influência sobre o desemprego e a performance da economia brasileira de algumas das variáveis externas, como a revolução tecnológica, o processo de globalização da economia e a privatização de empresas estatais. O método utilizado é o de uma revisão crítica da literatura e dos dados referentes às variáveis econômicas, endógenas e exógenas, mais diretamente ligadas ao problema proposto, quais sejam: as próprias taxas de desemprego, os níveis observados de inflação, os indicadores de crescimento econômico, além da abertura comercial e do processo de privatização das empresas estatais. Os dados referentes às variáveis econômicas utilizados na elaboração deste trabalho são provenientes de material bibliográfico relacionado ao tema em questão, tais como: livros, periódicos, revistas especializadas, além de trabalhos científicos publicados. O período central, para a análise comparativa destes dados, são as décadas de 80 e 90. Os resultados obtidos revelam que a década de 80 foi considerada a 'década perdida'. Comparando-se os dois períodos, poder-se-ia afirmar que a década de 90 apresentou uma pior performance, de sorte que poderia ser considerada 'mais perdida' que a anterior. Porém, esses indicadores não são suficientes para rotular os anos 90 como perdidos, pois, para tanto, é preciso avaliar a capacidade de crescimento futuro da economia, após as reformas institucionais e econômicas dos anos 90.

## Abstract

*The objective of this paper is a comparative analysis of unemployment in Brazil throughout the 80's and 90's in the face of the political and economic context of this period. The principal indicators considered are:*

*unemployment itself, economic growth and inflation. We attempt to point out the performance of and interrelationships between these indicators. We also analyse the influence of some external variables such as the technological revolution, the globalisation process of the economy, and the privatisation of state enterprises on unemployment and on the performance of the Brazilian economy during the period of analysis. The methodology used in the elaboration of this paper is based on revisionism. The data originates from a range of bibliographic material relevant to the matter in question, including books, periodicals, specialist journals as well as published scientific works. The results obtained reveal that the decade of the 80's was considered the "lost decade" due to its weak economic performance. However, comparing the two periods, we can confirm that the 90's were responsible for the worst economic performance, with the levels of unemployment, inflation and economic growth worse than those registered during the 80's. According to these indicators, the 90's could be considered more lost than the 80's. Nevertheless, the evaluation of these indicators alone is not sufficient to describe the 90's as lost; it is necessary also to evaluate the capacity for future growth in the economy, after the economic and institutional reforms implemented throughout the 90's.*

**KEY WORDS:** Unemployment, Technological Revolution and Globalisation of the Economy